



ARTIGOS - ARTICLES

**Bento Aranha e a cidade da borracha:
Manaus, 1905-1910**

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro¹
Universidade Federal do Amazonas
balkar.ufam@gmail.com

Como citar este artigo: PINHEIRO, L. B. S. P. “Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1905-1910”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 16-42. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Explorando a rica produção jornalística legada por Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, intelectual e político paraense, o artigo aborda as crônicas escritas por ele no *Jornal do Commercio*, de Manaus (AM), entre os anos de 1904 e 1910, momento que coincide com a expansão da economia de exportação da borracha no Norte do Brasil e com o processo de urbanização modernizadora da capital amazonense. Transferindo-se para Manaus, cidade onde morou por cerca de quatro décadas, Bento Aranha participou ativamente do círculo letrado e político da cidade, logo se tornando um personagem de grande expressão e influência. Lançando mãos de diferentes estratégias distintivas, destacou-se no interior da elite cultural de Manaus, transformando-se num intelectual mediador de suma importância. Sua trajetória foi, em muitos aspectos, singular no Norte do país, em especial pela radicalidade e contundência de suas posições, tendo ali abraçado, de forma pioneira, o abolicionismo e o republicanismo. Contraditando o discurso apologético do urbanismo modernizador, então em voga, dedicou dezenas de crônicas aos problemas estruturais da cidade de Manaus, sempre com atenção aos populares e aos deserdados do látex. A leitura crítica desses escritos, revela uma cidade pelo avesso, rica em contraste e prenhe de problemas e contradições.

Palavras-chave: Intelectuais mediadores. História da Imprensa. História da Amazônia.

¹ Professor Titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Editor da *Canoa do Tempo*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM e Coordena o Laboratório de História da Imprensa na Amazônia (LHIA/UFAM).

lattes: <http://lattes.cnpq.br/1270804137117518>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4192-8011>

Bento Aranha and the rubber city: Manaus, 1904-1910

Abstract: Exploring the rich journalistic production bequeathed by Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, an intellectual and politician from Pará, the article discusses the chronicles written by him in *Jornal do Commercio*, in Manaus (AM), between 1904 and 1910, a moment that coincides with the expansion of the rubber export economy in Northern Brazil and with the process of modernizing urbanization in the Amazonian capital. Moving to Manaus, the city where he lived for nearly four decades, Bento Aranha actively participated in the city's literate and political circle, soon becoming a character of great expression and influence. Making use of different distinctive strategies, he stood out within the cultural elite of Manaus, becoming an intellectual mediator of paramount importance. His trajectory was, in many aspects, unique in the North of the country, especially due to the radical and forceful nature of his positions, having embraced, in a pioneering way, abolitionism and republicanism. Contradicting the apologetic discourse of modernizing urbanism, then in vogue, he dedicated dozens of chronicles to the problems that occurred in the city of Manaus, always paying attention to the popular and the disinherited of latex. The critical reading of these texts reveals a city inside out, rich in contrast and full of problems and contradictions.

Keywords: Intellectual mediators. Press History. History of the Amazon.

Introdução

Poucos intelectuais atuaram na imprensa amazonense com tanta desenvoltura e por tanto tempo quanto Bento Aranha. Nascido em Belém em 1841 e filho de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, político paraense e primeiro presidente da Província do Amazonas, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha fez singular carreira política e jornalística na província que em 1851 recebeu seu pai e onde, em meados do século XVIII nascera o avô paterno, afamado literato, de quem herdou o nome.²

Bento Aranha teve vida atribulada, abraçando logo cedo – fins da década de 1860 – a imprensa e a política, para manter-se nelas ao longo de uma vida longa, encerrada em 1919 em sua cidade natal. Dissidente e inconformista, foi crítico ferrenho de instituições e governos, ancorando perspectivas marcadas pela crença no progresso civilizatório, na transformação social e na soberania popular, sempre com atenção aos subalternos.

Intransigente na defesa de princípios democráticos, Bento Aranha vinculou-se à segmentos liberais do segundo reinado, tornando-se republicano de primeira hora, tendo assumido no Amazonas e no Pará o pioneirismo na defesa dessa forma de regime. Como jornalista, confrontou posições, abriu dissidências e sofreu retaliações diversas. Sistemáticos exílios e expurgos o afastaram por décadas de sua terra natal, fazendo-o abrigar-se no vizinho Amazonas, que então buscava quadros técnicos para dinamizar a máquina administrativa da nova província.

² Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, o avô, nasceu na antiga vila de Mariuá (Barcelos) em 1769 e faleceu em Belém em 1811. De acordo com Anísio Jobim, “cultivou a poesia, o drama e a oratória. A maior parte de suas produções perdeu-se por ocasião da guerra da Cabanagem”. O que delas restou foi compilado em publicação do Governo do Estado do Amazonas em 1899. (JOBIM, 1934, p. 15).

Chegando à Manaus por volta de 1866, exerceu o magistério e trabalhou na imprensa, além de atuar como empresário do ramo teatral, escrevendo e montando peças na pacata e tediosa capital amazonense, carente que era de entretenimentos. Homem de ação, despontava na província como um dos mais notáveis mediadores culturais, na acepção do termo empregada por Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016, p. 19). Atraindo leitores e eleitores, seu meteórico sucesso o impulsionou para a política partidária, elegendo-se no Amazonas deputado provincial pelo Partido Liberal para diversas legislaturas entre os anos de 1869 e 1889, quando então a Proclamação da República – sonho acalentado por mais de 30 anos – o animou a voltar à Belém. Republicano exaltado, tendo assumiu, inclusive, a pecha de *jacobino* que lhe atiravam seus detratores, Bento Aranha não foi bem recebido no Pará, decepcionando-se com o caminho que o novo regime singrou, em direção à conciliação e ao conservadorismo oligárquico, que ele tanto denunciou e combateu. Vendo-se excluído, exerceu, o quanto pode, o jornalismo, montando tipografias e lançando jornais de oposição aos governos republicanos, tanto provinciais quanto nacionais. Jamais permitiu que suas críticas à República fossem identificadas com as dos movimentos restauradores (monarquistas), deixando claro que suas posições partiam de um modelo revolucionário de república que, para seu desgosto, foi vencido no 15 de Novembro de 1899.

Em Belém dedicou-se à imprensa, atuando como redator de periódicos importantes – *Correio do Gran-Pará*, *Diário de Notícias* –, além de ser também proprietário e redator do *Correio Paraense* (1992-1994), jornal que “tomou o rumo do radicalismo, opondo-se vigorosamente aos desmandos da recém-instalada República” (SALLES, 2001, p. 118). Não tardou a sofrer perseguições políticas e judiciais de toda ordem, incluindo sansões, censura, empastelamento do jornal, prisão e novo exílio no Amazonas, sendo ali acolhido no âmbito da estrutura administrativa do Estado e na imprensa, mas não mais na política partidária, que buscava se distanciar de seu radicalismo. Datam deste período – última década do século XIX – suas maiores contribuições aos estudos históricos, tendo assumido o perfil e a designação de historiador tanto por seus escritos dedicados ao tema, quanto pelo trabalho incansável de localização, reprodução, organização e difusão de documentos e acervos de relevância para a construção da história, e em particular para a do Amazonas.

A trajetória intelectual de Bento Aranha

Bento Aranha lançou-se ainda jovem ao jornalismo, no final da década de 1850, momento em que a imprensa brasileira vivia uma fase de mudanças em que buscava se afastar cada vez mais tanto da combativa imprensa da Independência (LUSTOSA, 2000), quanto do corrosivo pasquim (SODRÉ, 1999, p. 83) que marcara o período regencial, com acérrimas disputas verbais a espriar-se das redações para as ruas: “No período, a imprensa é marcadamente caracterizada pelas disputas de um periódico em relação ao outro, pelas lutas travadas em torno de ideias e desenvolvidas pelas formas de expressão escrita” (BARBOSA, 2010, p. 56). Foi também neste momento que a imprensa passou a estabelecer uma profunda interação com a literatura,

para, pouco a pouco ir tomando conta de suas páginas; afinal, “literatura e imprensa se confundiam”, como mencionou Nelson Werneck Sodré (1999, p. 288).

Embora tivesse uma imensa base social letrada, incluindo-se aí não apenas escravos e libertos, como também expressiva massa de mulheres e homens livres – alguns até com posses –, o país formava naquela segunda metade de século as primeiras gerações de uma intelectualidade oriunda dos liceus provinciais e das poucas faculdades que atraíam os filhos das classes dirigentes, além dos que, com maiores recursos, continuavam uma prática que vinha de fins do século XVIII, e que consistia em buscar formação na Europa, quase sempre em Portugal e, notadamente, em Coimbra (DIAS, 2009, p. 39). Com poucas casas editoriais e livrarias no país, a produção do livro era onerosa e seu consumo extremamente reduzido, mesmo entre os letrados, razão pela qual os livros podiam constar de inventários post-mortem, ao lado de outros objetos e propriedades de valor do falecido. Em tal contexto, lançar-se ao mundo das letras em busca de reconhecimento e sucesso não era algo que se fizesse por intermédio do livro, mas do jornal, escrevendo crônicas de diversas matizes, contos e poesias. De matriz francesa, os folhetins se introduziram na imprensa nesse mesmo momento, ampliando, na barra inferior dos periódicos, o espaço para a atuação dos literatos (MEYER, 1996).

Não se tratava propriamente de transformação linear de uma imprensa com preocupações *políticas* para outra *literária* e, portanto, sem aquelas preocupações. Convém insistir que a política jamais perdeu espaço – e mesmo centralidade – na arena jornalística, daquele e de períodos posteriores. Referindo-se ao período do Segundo Reinado, Sodré (1999, p. 241) argumentaria que aquele não era “apenas uma grande época política; não por coincidência, é também uma grande época literária”. Além do mais, não havia ainda especialização consagrada, a opor as duas pontas do processo e, neste sentido, políticos, jornalistas, escritores partiam tanto de uma base social comum, como também de interesses convergentes, o que tornava sem sentido assumir rótulos restritivos e empobrecedores. “O parlamentar era homem de letras e de imprensa; o romancista era também teatrólogo; e todos eram poetas”, dizia Silvio Romero em frase lapidar anotada por Sodré (1999, p. 241).

A breve contextualização da imprensa e da vida literária brasileira foi aqui recuperada com o intuito de demarcar aspectos comuns entre a trajetória intelectual e política de Bento Aranha desenvolvida no Extremo Norte do Brasil e a de muitos intelectuais de seu tempo. Entre 1859 e 1861 fora buscar formação na Corte do Rio de Janeiro, cursando ali humanidades – sem o concluir, no entanto – e transitando por diversas instituições literárias. Esteve entre os fundadores da *Arcádia Brasileira*, chegando a exercer o cargo de 1º secretário na mesma diretoria em que Machado de Assis atuava como bibliotecário. Retornando ao Pará, e antes de transferir-se em 1866, exilado, ao Amazonas, Aranha espalhou contribuições literárias e políticas em periódicos como o *Jornal do Pará* e o *Diário do Gran-Pará*, além de folhas literárias de menor envergadura. Chegando ao Amazonas, atuou em diversos jornais – *Amazonas*, *Catechista*, *Rio Negro*, *Mercantil*, *Comércio do Amazonas*, *Argos*, *Província*, *Reforma Liberal*, *Amazônia*, *Voz do Povo*, *Correio da Manhã*, *Evolução*, *Constituição*, *Cidade de Manáos*, *Tiradentes*, *Quinze de Agosto* e *Época* –, entre grandes e pequenos, imprimindo neles suas marcas pessoais de erudição, capacidade analítica e, sobretudo, radicalidade nos posicionamentos (O CIDADÃO, 1889, p. 2).

Nos anos iniciais fez poesia, traduziu novelas e o teatro francês, para encená-las na Thalia: Sociedade Dramática Amazonense, que fundou e dirigiu em Manaus, em um momento em que a capital amazonense praticamente desconhecia o teatro ou quaisquer atividades do gênero. Também escreveu estudos técnicos e publicou livros e opúsculos, muitos deles já marcados pelo interesse na história regional. Em paralelo, atuou para dinamizar os processos de instrução e letramento da população amazonense, atuando não apenas como professor primário e do liceu provincial – criado por sua iniciativa –, como também dirigiu diferentes repartições, como a Secretaria da Instrução Pública, o Arquivo Público e o Teatro Amazonas. Foi dele também a iniciativa da criação de escolas profissionalizantes destinadas a crianças pobres da sociedade. Tudo, enfim, o habilitava a assumir uma carreira intelectual inteiramente dedicada ao mundo das letras, mas esse não foi o caminho que escolheu.

Em meados da década de 1870, a opção por uma vida prática, voltada para o debate das grandes questões sociais como impulsionadoras da transformação social – em seus termos: para o progresso e para o desenvolvimento – reforçou seus vínculos com a política, enquanto fazia esmaecer pouco a pouco o literato da década anterior. Assim, como muitos intelectuais de sua época, escolheu a crônica como veículo de comunicação direta com seu público-alvo, e por seu intermédio conseguiu se estabelecer na arena jornalística de Belém e de Manaus. Refletindo sobre esses trânsitos, Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2006, p. 41) lembram que “a passagem do literato para o jornalismo... não foi fácil, obrigando a uma escrita de circunstância, pouco qualificada”, que tanto marcou a crônica como gênero literário. Com efeito, a crônica se difundiu no Brasil sem muita homogeneidade, a partir de um conjunto de características não necessariamente rígidas ou auto excludentes. Ao fim e ao cabo, a escrita cotidiana, ligeira e direta, que Antônio Cândido (1992, p. 14) descreveu como “ao rés do chão”, versando sobre coisas mundanas, sem abdicar de algum refinamento literário foi a marca maior que articulou a longa produção jornalística de Bento Aranha.

O sucesso que Aranha obteve na imprensa, pode em parte ser debitado a escolha do gênero que abraçou; embora tal opção possa ter comprometido uma identificação mais pontual do cronista paraense ao arquétipo da intelectualidade letrada do Norte do país, perfil assumido, em sua época, por escritores literatos, fossem poetas ou romancistas. Conforme Laysa Berreta (2020, p. 89) argumenta, “a crônica, justamente por ser leve, cotidiana, híbrida e provisória, ganhou o status de gênero menor a partir da popularização do jornal no século XIX”. Essa ideia da crônica como gênero menor fora consagrada por Antônio Cândido, que não via nela

pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa. Ela não foi feita originariamente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha. Por se abrigar neste veículo transitório, o seu intuito não é o dos escritores que pensam em “ficar”, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade (CÂNDIDO, 1992, p. 14).

Desde então o termo “gênero menor” tem sido relativizado de forma significativa, como em obra recente, onde os autores enfatizam que “nem só de improviso e pressa se fez, porém, a história da crônica no Brasil”, referenciando a seguir a impressão de José de Alencar, de que “mais coisa poderia haver naqueles pequenos textos curtos publicados nos jornais” (CHALHOUB, NEVES, PEREIRA, 2005, p. 10-11). Seja como for, tornar-se cronista de sucesso não era algo acessível a todos os intelectuais que transitavam pela imprensa. Na verdade, poucos conseguiam, e muitas carreiras ficavam à meio caminho, enquanto outras sequer chegavam a se estabelecer; e isso porque o gênero tinha suas regras e segredos, sendo um fator determinante para no processo, a interação e cumplicidade que os escritores conseguiam estabelecer com os leitores dos jornais e, desta forma, formar um público cativo: “Ao cronista cabia a responsabilidade de buscar, dentre os acontecimentos sociais de maior relevo e divulgação capazes de formar entre escritor e público códigos compartilhados que viabilizassem a comunicação, temas que lhe permitissem distinguir as questões de seu interesse” (CHALHOUB, NEVES, PEREIRA, 2005, p. 11).

Embora não se tenha suficiente informação direta que permita aferir com segurança a interação estabelecida entre o cronista Bento Aranha e seu público, há fortes indícios que nos permitem conjecturar – nos limites de atuação do ofício historiográfico³ – que Aranha obteve sucesso na constituição de um público leitor. Neste sentido, alguns elementos indiciários podem ser levados em conta, sendo o primeiro deles o próprio sucesso eleitoral por ele alcançado em sucessivas eleições ao longo da década de 1880. Um segundo indício advém do conjunto de cartas e publicações oriundas de seus leitores, quase sempre elogiosas sobre suas posições⁴. Um terceiro estaria na facilidade com que conseguia estabelecer colaborações com periódicos diversos, com linhas editoriais e vínculos políticos distintos. Não menos importante foi o fato de ter se mantido na lide jornalística do Pará e do Amazonas por não menos que seis décadas consecutivas. Por fim, e talvez o indício mais relevante, suas publicações frequentemente acabavam repercutidas por outras folhas, seja para rebatê-las com o mesmo fervor com que ele as escrevia, seja para com ele se irmanar, amplificando a audiência de suas ideias. Seja como for, não parece haver dúvida no fato de que Aranha era dotado da capacidade de influenciar, pré-requisito para condição de um “intelectual mediador”, na acepção proposta por Jean-François Serinelli (1998, p. 261), para quem “As elites da mediação cultural poderiam ser, com efeito, entendidas como dotadas de uma certa capacidade de ressonância e de amplificação, noutros termos de um poder de influência”.

A atuação jornalística de Bento Aranha trazia também singularidades que o afastavam da forma mais propriamente literária com que a crônica foi se estabelecen-

³ Em entrevista à Denis Crouzet, Natalie Zemon Davis afirmava que para ela “*las fuentes directas o indirectas no son una prisión*”; e que em seu ofício de historiadora sempre havia espaços para especulações. Todavia, argumentava, “*es importante para mis lectores que deje bien claras cuáles son mis especulaciones, que indique de dónde procede tal o cual posibilidad*” (DAVIS, 2006, p. 31-32).

⁴ Cartas de leitores não eram tão comuns como gostaríamos que fossem, mas sempre que aparecem na imprensa trazem pistas importantes sobre a recepção dos escritos. Numa delas, enviada do interior do Amazonas ao *Correio Paraense*, o leitor se manifesta solidário à Aranha, reagindo às perseguições políticas que este enfrentava: “As privações que sofre, dizia o leitor, em vez de rebaixarem-no perante a sociedade, só servirão para lhe realçar o mérito e aumentar as simpatias que sempre gozou e gozará entre o povo” (REVOLTA, 1894, p. 1).

do no país, em especial porque esta, conforme anotou Cândido (1992, p. 15), “foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar..., para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tomou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro”. O processo era, na verdade, bem mais complexo, já que na imprensa da virada do século XIX para o XX, uma renovação na linguagem e nos interesses do jornal empresa também demarcava posições importantes. Conforme observou Brito Broca (1960, p. 218),

[...] na segunda fase de modernização de 1900 em diante, os jornais, sem desprezar a colaboração literária, iam tomando um caráter cada vez menos doutrinário, sacrificando os artigos em favor do noticiário e da reportagem. As notícias de polícia, particularmente, que outrora, mesmo quando tratava de um crime rocambolesco, não mereciam mais do que algumas linhas, agora passavam a cobrir largos passos; surge o noticiário esportivo, até então inexistente, e tudo isso no sentido de servir o gosto sensacionalista do público que começava a despertar.

No cenário manauense, a crônica de Aranha manteve-se essencialmente política, e em que pese beneficiar-se da erudição e do veio literário de seu autor, guardava muito da radicalidade do pasquim de outrora, com um pendore para a intriga que, vez por outra, podia levar a ataques pessoais. Mas em 1900, o contexto do jornalismo efetivamente mudara, e as mudanças de tema e estilo que vão ocorrer nos escritos de Bento Aranha não deixam de refletir essas transformações mais gerais.



Imagem nº 1: Retrato de Bento Aranha em 1900.
Fonte: *Commercio do Amazonas*, 1900, ed. esp., p. 1.

Com a chegada do século XX, Bento Aranha, já sexagenário e consagrado como uma espécie de eminência parda do jornalismo e memória viva da cidade que o abrigou por quatro décadas, passou a colaborar com o recém-lançado (1904) *Jornal do Commercio*, empreendimento moderno e empresarial, que bem exemplificaria no contexto amazonense o perfil dos jornais da chamada *grande imprensa* dos anos iniciais da República (SODRÉ, 1999, p. 251; BARBOSA, 2010, p. 141). O jornal pertencia ao português Joaquim Rocha dos Santos, seu amigo pessoal e antigo companheiro de parlamento – embora perfilado ao Partido Conservador – e das redações dos jornais de Manaus desde a Monarquia. Como o próprio Aranha registrou posteriormente, sua colaboração no *Jornal do Commercio* foi intensa, ancorando, em conjunto com Rocha dos Santos e com Alcides Bahia – redator-chefe e depois diretor – as posições políticas e a linha editorial do jornal, que se batia pelos interesses do segmento comercial da capital, sempre em conflito com as firmas estrangeiras concessionárias dos serviços públicos, privatizados desde fins do século XIX.

Ao lado dessa atuação redacional mais difusa, cuja autoria era naturalmente assumida pelo jornal, Aranha assinou, entre 1904 e 1910, dezenas de matérias que abordavam uma diversidade de temas e questões, desde efemérides e de datas comemorativas, até problemas com enchentes, epidemias e, claro, disputas político-partidárias. No interior dessa produção assinada, trouxe questões relacionadas à urbanização da capital amazonense, tratando de suas ruas e praças, dos problemas de abastecimento, transporte e moradia, sem descuidar de pensá-las a partir de uma perspectiva histórico-social que agregava valor tanto para uma percepção correta dos problemas quanto para a busca de suas soluções.

Mutações urbanas

Não sendo intenção deste artigo produzir uma abordagem historiográfica da cidade de Manaus, bastaria registrar que ela se apresenta como extremamente rica e vivencia um momento de expansão e diversificação, tanto temática quanto teórica. Contudo, os estudos de envergadura histórica sobre a cidade tardaram a aparecer no Amazonas, sendo o primeiro deles, *Um olhar pelo passado*, obra datada de 1897, de autoria do próprio Bento Aranha. Esse pioneirismo de Aranha já havia sido ressaltado em 1949, quando da publicação de um artigo assinado por Geraldo Pinheiro nos jornais de Manaus. Falando da cidade, diz ele:

O seu primeiro historiador foi inegavelmente, Bento Aranha, o velho Bento, a quem o Amazonas e suas instituições políticas e culturais tanto devem. Político e historiador, organizando bibliotecas, relatórios, mensagens, colecionando as produções poéticas do seu pai, não se esqueceu ele de voltar às suas vistas para a terra baré e dedicar-lhe um dos mais curiosos trabalhos.

“Um olhar pelo passado”, folheto de poucas páginas é, sem favor algum, a primeira contribuição à história topográfica da cidade, das suas ruas e nomenclaturas, tão bem explicada com amor e dedicação aí por volta de 1897 (PINHEIRO, 1949, p. 1).

Na obra, história e memória se entrelaçam de forma enriquecedora, embora a dimensão marcadamente sentimental a ela atribuída por Aranha, o faça caminhar mais pelo terreno evanescente da memória que pelos caminhos supostamente mais seguros da história. De qualquer forma a obra é por si só um exemplo do envolvimento visceral de seu autor com a cidade, seus problemas e especificidades, formando a base de um recurso que se revelaria, anos mais tarde, de suma importância para a colocação dos problemas citadinos numa perspectiva histórica, como de fato fez em suas crônicas sobre a cidade.

A historiografia de Manaus que se formou após Bento Aranha destacou sobretudo o urbanismo modernizador que havia ganhado corpo com a expansão da economia de exportação da borracha por volta de 1880; deixando para trás o marasmo da vida provincial pregressa, por vezes retratada jocosamente em registros de naturalistas e viajantes estrangeiros. Exemplar neste sentido, foi a descrição anotada em 1865 pelo casal Agassiz (2000, p. 196), ao se perguntar o que poderia dizer de Manaus: “É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara legislativa, Correios, Alfândega, Presidência”.

Na capital da nova província, não era apenas a pequenez do sítio urbano que chamava a atenção dos estrangeiros, mas também a vida urbana, quase sempre percebida como inculta, pacata e frívola: “Os habitantes mais civilizados de Barra dedicam-se todos ao comércio, não havendo ali qualquer outra diversão [...] que não seja a de beber e jogar em pequena escala. A maior parte nunca abre um livro ou trata de empregar o seu tempo em qualquer outra ocupação intelectual”, diria dela em 1850, o naturalista inglês Alfred Russel Wallace (2004, p 215).

A criação da Província do Amazonas por lei imperial em 5 de setembro de 1850 e sua instalação em janeiro de 1852 agiu como um dínamo importante para o desenvolvimento da cidade, cabendo às primeiras administrações o imperativo de dotá-la das condições mínimas necessárias para o desenvolvimento das funções que agora lhe cabiam. Por força de tal imperativo, os primeiros presidentes da Província executaram um conjunto de obras e edificações que se traduziriam numa primeira intervenção urbanística na cidade, atraindo, em paralelo, contingentes populacionais vindos de outras províncias do Império – e alguns poucos do exterior – em demanda dos cargos públicos e de outras oportunidades que a burocracia estatal franqueava.⁵

O apego historiográfico à cidade dinamizada pela expansão da economia extrativa exportadora da borracha e o conseqüente urbanismo modernizador que dela resultou fez com que a rica trajetória da cidade provincial tenha sido ofuscada e relegada a um plano inferior, embora muitas mudanças importantes tivessem sido operadas naquele momento. Seja como for, a borracha acabou servindo como divisor de águas na história da cidade, a separar ligeiramente e sem muita criticidade, barbárie e civilização; antigo moderno; atraso e progresso. Poucos foram os que esboçaram um pensamento sobre a dinâmica urbana como marcada por continuidades e descontinui-

⁵ A própria implementação da imprensa na cidade resultou desse imperativo, sendo a primeira prensa trazida de Belém por Manuel da Silva Ramos, a pedido do primeiro presidente da província, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, como se disse, pai de Bento Aranha (SOUZA; SOUZA; BAHIA, 1908, p. 5).

dades; avanços e recuos; perdas e ganhos. “A civilização é a pior inimiga das crenças, hábitos usos e costumes do povo e haja vista para a transformação que operou aqui no solo amazonense”, dizia Bento Aranha reportando-se à mitologia indígena e popular que percebia cada vez mais esmaecida e mesmo apagada pela modernidade. O apagamento das lendas e crenças – como a do *pau de tarumã* (cobra grande) – era também o apagamento da memória ancestral, das marcas deixadas por todo um povo que embora forme a essência do ser amazonense, se vê historicamente oprimido e impelido à invisibilidade:

Aquele viver patriarcal da família amazonense, formando uma grande tribo brasileira, a civilização eliminou, desunindo as famílias, substituindo o seu idioma *brasílico* por nefelibato português, sufocando as suas crenças inocentes, por isso mesmo supersticiosas, com vaias de palavrões sem *verbo*, envoltas no fumo do vapor, que por sua vez exterminou na navegação dos nossos rios o uso da *coberta* movida à força dos remos e sirga!

Como no século XVIII, a sombra do trono D’El Rey, proibindo que no seu país o povo falasse o seu idioma, também à sombra do altar no século XIX, século da luz, proibiu que manifestassem suas crenças religiosas ao som de gaita e tamborinho, de cantarolas entoadas ao lado do *sairé* por velhas, e de procissões marítimas à noite com acompanhamento de canoas iluminadas com lamparinas de casca de laranja, e luz à manteiga de ovos de tartarugas, e compeliu, com os mais acerbos ridículos, a esquecer as suas mais velhas tradições.

Tão pavorosa é para o povo aqui a civilização que para catequese dos índios preferem a Mauser aos missionários, e devido a isso, sem dúvida, riscou completamente da sua memória o fato do *pau do tarumã*, que desse o rio Negro até o porto desta cidade, e depois de alguns dias de estacionado no ancoradouro subia de novo rio até o ano seguinte.

Esse pau maravilhoso, encantado e endemoniado, assombrava o povo e dava por muito tempo assunto às conversações nas rodas familiares.

[...]

A civilização foi que deu cabo desse maldito pau, mas isso mesmo fazendo o esquecê-lo (ARANHA, 1906c, p. 1).

Como se percebe, nas lembranças e lamentos de Aranha, estratos de tempos sobrepostos recobriam a velha *Manoa*⁶ que o acolheu exilado e o projetou intelectual e profissionalmente. A cidade mudara a ponto da descaracterização. No discurso que fez para receber Affonso Pena que chegava à Manaus em campanha presidencial, Bento Aranha apresentou um quadro de mudanças havidas ao longo da história regional, sem descuidar de mencionar as façanhas do Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro (1890-1891; 1892-1896), responsável por “demolir a velha Manaus, capital da extinta província para construir sobre os seus destroços outra Manaus para a capital do Estado” (ARANHA, 1906b, p. 1).

⁶ Nome que a cidade herdara não apenas da nação indígena preexistente na localidade de sua fundação – os Manao – como também, pela mitologia regional, da *cunhã poranga* (moça bonita) da tribo Baré, que se encantara pelo jovem Honorato, forma humana assumida pela cobra grande. (Um encanto, 1906, p. 2)

De fato, o perfil geral da capital amazonense mudara de forma acentuada graças à reestruturação econômica trazida pela economia da borracha, ampliando sua população que, por volta de 1900 havia chegado à marca de 65.380 habitantes (MINISTÉRIO, 1905, p. XV), o equivalente à dez vezes mais que a estimada por Wallace, cinquenta anos antes. Tornando-se um importante polo de comercialização do produto extrativo, Manaus abriu-se para o mundo industrial europeu e norte-americano, cada vez mais dependente da nova matéria-prima e, por isso mesmo, desejoso de fincar posições estratégicas nas zonas produtoras (WEINSTEIN, 1993). A opção por lastrear o projeto urbanístico modernizador por intermédio da privatização dos serviços públicos a serem implementados, elevando significativamente o percentual de estrangeiros na cidade para a casa dos 20%, o que lhe atribuiu um ar mais cosmopolita, e de maior agitação cultural. Em paralelo os circuitos de cultura letrada se expandiam, abrindo-se instituições dedicadas às práticas de leitura – salas, gabinetes e bibliotecas – e ampliando-se o letramento a partir de um maior investimento na instrução pública, das escolas primárias aos liceus, chegando, em 1909, à implementação da primeira experiência universitária em todo o território nacional (PINHEIRO, 2015b, p. 148).

Bento Aranha, que fincara residência em Manaus pela primeira vez em 1866, participou ativamente desses vários momentos da cidade e contribuiu, conforme mencionado, para a ampliação do ambiente cultural e expansão da cultura letrada, o que fez por intermédio tanto da abertura de organizações lítero-teatrais, pela proposição da criação de instituições de cultura, ou pela imprensa, fundando, dirigindo e escrevendo para uma dezena de periódicos ao longo de toda sua vida. Na virada para o século XX, esta imprensa que conhecera ainda nascente e artesanal, alcançara um novo patamar, sofisticando-se do ponto de vista qualitativo e vivenciando verdadeira explosão de títulos, para chegar, no ano das comemorações do centenário da imprensa no país (1908) a mais de trezentos títulos (SOUZA, SOUZA, BAHIA, 1908).

No urbanismo modernizador que ocorreu na virada para o século XX, enquanto as ruas de Manaus se enchiam de trabalhadores, as redações das grandes folhas passaram a abrigar nomes importantes da imprensa brasileira, como Coelho Neto e Raul Azevedo, atraídos para a capital amazonense pelas oportunidades criadas pela economia de exportação da borracha. Em paralelo, a cidade formava quadros de uma jovem intelectualidade local, cujo aprendizado se fazia ao lado de expressões como o português Joaquim Rocha dos Santos, Alcides Bahia, João Batista de Faria e Souza, Álvaro Botelho Maia, Thaumaturgo Vaz (T.H. Vaz), Maranhão Sobrinho ou Raimundo Monteiro, quase todos, como o próprio Bento Aranha, oriundos de outros estados brasileiros – em especial Pará e Maranhão –, mas que permaneceram na cidade por longo período ou nela se fixaram em definitivo (JOBIM, 1934; MORAES, 1944; LINS, 1966; MORAES, 2001).

Acionando a memória a partir de uma exposição de periódicos organizada em Manaus em 1907 por J. B. Faria e Souza – ele próprio colecionador compulsivo e, à época, dono da maior e mais completa coleção de jornais amazonenses –, o maranhense Raul de Azevedo (1939, p.1-2), por décadas radicado em Manaus, dava a exata dimensão do que fora o jornalismo na capital amazonense da virada do século XIX para o XX.

Só quem tem o amor do jornal é que pode avaliar aquele dia delicioso que passei revendo toda a papelada. Era a história inteira do Amazonas político e social. Era o seu progresso acentuado dia a dia. Era também uma parte da minha vida – anos de jornalismo, na brecha, caluniado, muita vez, insultado na refrega das paixões, mas sempre e sempre querendo bem e amando o jornal, na vitória e nos revezes.

Foi nesse ambiente cultural diversificado e dinâmico que Bento Aranha, atuando como integrante do corpo de redatores principais do *Jornal do Commercio*, lançou-se àquela que seria sua última participação no jornalismo amazonense, voltando-se para o desafio de escrever crônicas sobre a cidade que ele viu nascer e prosperar, e para a qual dedicou incansáveis esforços, tanto nos afazeres das repartições públicas que dirigiu, na tribuna do parlamento e, sobretudo, na lida do jornalismo diário em tantos títulos e ocasiões.

Crônicas da cidade da borracha

Como para Raul Azevedo, a vida política e social amazonense foi para Bento Aranha a matéria prima com a qual fabricava seu pão cotidiano, em crônicas de diferentes feitios que, por sua relevância e contundência, ajudaram a cultivar e cativar um público leitor cada vez maior, mais exigente e diversificado. Com efeito, com a entrada de capital gerada pela economia de exportação da borracha, o aparelho estatal pode patrocinar um sensível incremento no processo de escolarização; em paralelo, a atração de amplos contingentes populacionais dotou a cidade de um ar mais cosmopolita, com a imprensa desempenhando um papel central na ampliação da cultura letrada, inclusive colaborando na comunicação e organização das comunidades diaspóricas que a tomaram o Amazonas como destino.

Manaus para seu tamanho, possui uma audiência literária fora do comum. A cidade mantinha dois bons jornais diários, o *Jornal do Comércio* e o *Diário do Amazonas*, bem como pelo menos mais uma dúzia de periódicos diferentes. As duas maiores livrarias ofereciam as últimas publicações brasileiras e jornais, revistas e livros estrangeiros. Certa vez, em 1910, a Livraria Universitária⁷ informava aos seus fregueses que as últimas aventuras de Buffalo Bill e Nick Carter haviam chegado estavam expostas à venda. O grande interesse por jornais e livros tanto estrangeiros como nacionais, pode ser explicado parcialmente pela elevada percentagem de empresários estrangeiros na comunidade, mas a melhor explicação reside no fato de que Manaus possuía um sistema educacional excepcionalmente bem desenvolvido. Realmente a maior soma sob uma única rubrica do orçamento estadual de 1910 destinava-se à educação. E a maior parte dessa verba permanecia em Manaus. (BURNS, 1966, p. 17-18)

⁷ Convém lembrar que em 1909 Manaus abrigou a primeira experiência universitária em todo o país, com a criação da Escola Universitária Livre de Manaus, ofertando naquele ano nada menos que nove cursos de formação superior.

A princípio sisudo e áulico, os jornais da imprensa amazonense foram pouco a pouco descobrindo na crônica mundana um ponto de atração dos interesses e das expectativas dos leitores. Informar-se acerca da última intriga entre madames e/ou potentados da cidade parecia ser tão importante quanto a cotação da borracha na bolsa de Londres ou de Nova York⁸, afinal, ambos os assuntos seriam comentados ao longo do dia nos cafés, nas leiterias e botequins, onde as sociabilidades se faziam em torno das mesas e dos jornais (PINHEIRO, 2015b, p. 149).

Na lida com a crônica mundana regular, cronistas ganhavam fama e eram singularizados por seus pseudônimos – muitas vezes assumidos ou do conhecimento de todos –, pelos títulos eventuais de suas colunas e pelos temas e estilos literários que priorizavam. O foco central podia ser a política, os costumes ou a literatura, podendo tais assuntos serem abordados tanto de forma séria quanto jocosa. Assim, quando Aranha começa a voltar maior atenção à cidade e seus problemas, o que se dá entre 1904 e 1910, ele traz para suas crônicas as marcas de um estilo próprio já consolidado pelos muitos anos de escrita jornalística.

No raiar do século XX, Bento Aranha consolidou uma dupla fama nas redações, sendo a primeira delas a de decano incontestado da imprensa amazonense, fato reconhecido até mesmo por jornais que lhe faziam oposição, como o *Amazonas*. Por ocasião da passagem de seus 70 anos, dizia sobre ele um diário da cidade: “Nome largamente conceituado no jornalismo amazonense, Bento Aranha, o decano da nossa imprensa, vê-se hoje cercado das justas manifestações de seus amigos por motivos de seu aniversário natalício” (BENTO, 1911, p. 2). A segunda característica, e certamente a que mais lhe destacava no jornalismo era de natureza comportamental e se referia à aridez no trato, independente se suas tratativas se fizessem com desafetos ou com companheiros de redação; o certo é que Aranha tinha assentado fama de ranzinza, rabugento e rebelde, marcas que fazia notar na defesa acalorada de suas ideias.

Chefiando o corpo redacional do *Jornal do Commercio* estava Alcides Bahia, intelectual de primeira linha com uma vida inteira dedicada à imprensa amazonense (BITTENCOURT, 1973, p. 44-45). Era amigo pessoal de Aranha, a quem admirava como um mestre, deixando do convívio com ele pitorescas descrições de suas características distintas. Assinando suas crônicas como Luiz do Prado, Bahia comparava o “malcriado confrade” a um vulcão em constante erupção, animando as redações com seus gestos e posições radicais. Provocado pelos colegas, lembrava Bahia, o “velho Bento”, saindo do sério, dava vazão à posições explosivas. Em tais momentos, “Ajuricaba [Bento Aranha] passeava então de um para outro lado, teso como um jovem sadio, inticando com este, com aquele, recalçando na garganta uma resposta à última pergunta que lhe fora feita e que não pudera responder”, para então “desembuchar uma catilinária indígena”. Precavido, conclui Bahia: “Não me animava a contraditar,

⁸ Esse interesse não era novo. Em meados do século XIX, um viajante inglês já havia chamado a atenção para o assunto, não sem uma dose de malicioso preconceito: “conforme é moda ali, é a ocasião própria para fazer visitas, indo uns às casas dos outros, para palestrar, tendo como assunto principal da conversação os escândalos. que se acumularam durante a semana. Os sentimentos morais em Barra estão reduzidos ao mais baixo grau de decadência possível, mais do que em qualquer outra comunidade civilizada. Ouvem-se ali, diariamente, falatórios a respeito das mais respeitáveis famílias do lugar, os quais dificilmente, seriam acreditados pelos habitantes dos piores bairros de São-Gil”. (WALLACE, 2004, p. 215-216).

temendo a reprimenda franca e vigorosa, pontilhada de desaforos ditos mesmo na rosca da venta” (PRADO, 1905, p. 1). Em momento anterior, o mesmo Alcides Bahia já o havia caracterizado como “esse temível Ajuricaba, índio civilizado, mas comedor do couro alheio...” (PRADO, 1904, p. 1).

Essa impulsividade, somada ao radicalismo político igualmente consagrado, fazia com que Bento Aranha colaborasse para que o *Jornal do Commercio* logo se tornasse um sucesso editorial, e se configurasse como o periódico amazonense de maior popularidade em Manaus, não só naquela primeira década, como também ao longo de toda a primeira metade do século XX. Seja como for, dos mais de cem artigos assinados no *Jornal do Commercio* por Bento Aranha – alguns deles sob o pseudônimo de *Ajuricaba* –, entre 1904 e 1910, pelo menos metade versava sobre questões relacionadas à problemas atinentes à capital amazonense ou, para usar a terminologia que lhe parecia mais conveniente, às “*coisas municipais*”. Foi sob este título, inclusive, que fez publicar uma sequência de dez colunas sobre temas diversos entre os dias 21 e 30 de setembro de 1909.

A conjuntura política amazonense do final da década, em especial a partir de 1908, quando se inicia o governo estadual do coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, determinou certo abrandamento no tradicional radicalismo das crônicas assinadas por Aranha. Com efeito, o relacionamento que o jornalista costumava manter com as autoridades públicas foi sempre mais ácido e direto, e Aranha gostava de ostentar, com certo orgulho, sua independência diante dos governos, característica também destacada por muitos dos que o conheceram: “Aqui não consta que houve um único presidente que por ele fosse apoiado”, disse certa vez o redator do *Diário de Notícias*, órgão de imprensa da capital paraense (O CIDADÃO, 1889, p. 2), e o mesmo se deu no Amazonas, ressalvada a gestão de José Lustosa da Cunha Paranaguá (1882-1884), a quem sempre rendeu homenagens. Seja como for, nas crônicas sobre a cidade Aranha não seguiu uma postura de confronto com as autoridades locais; antes, mostrou-se cordato, propositivo e, por vezes, elogioso; e isso tanto com relação ao Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1908-1913) quanto com o Superintendente da capital, Agnello Bittencourt (1909-1910), filho do governador. Este último, tornando-se posteriormente historiador e biógrafo, registrou que chegara a conhecer o cronista, a quem descrevia como “um espírito culto e arejado pela constância de contato com os livros e afeição à imprensa... era um homem de trato simples e comunicativo” (BITTENCOURT, 1973, p. 135).

Independendo da forma assumida, a abordagem trazida por Bento Aranha para a discussão dos temas e problemas da cidade gerava sempre desconforto, porque independente da forma como eram veiculados, os temas abordados eram sempre revestidos com a capa de *problemas* a serem enfrentados pelas autoridades, e quase sempre de forma urgente. Mesmo para o cronista a situação era desconfortável, já que além de jornalista exercia também cargos administrativos no funcionalismo público; também era problemática para o próprio *Jornal do Commercio* que, à época, compunha o arco de alianças políticas do governador e de seu filho prefeito. Como é sabido, a imprensa da época assumia ativamente o debate político, perfilando-se em um dos lados em disputa, o que significava, quase sempre, assumir postura passiva e defensiva frente aos políticos que apoiava, reservando seu estoque de críticas e acusações para adversários e desafetos, e isso não apenas no Brasil (MOLLIER, 2006, p. 259).

Seja como for, é certo que as primeiras crônicas de Aranha sobre a capital amazonense, tratando da situação de abandono do cemitério São José e da Praça da Saudade, gerou inquietação e repercussão nos jornais oposicionistas, levando o cronista a publicar carta aberta endereçada ao superintendente da capital, por onde buscava demonstrar que os problemas abordados não visavam, de forma alguma, atingir politicamente àquela autoridade, assim como desautorizava a exploração de seus escritos pelos segmentos políticos que faziam oposição à oligarquia bittencourista. Ressaltava, inclusive, as relações de amizade que existia entre ele e o mandatário da capital:

Não preciso dizer nesta ao senhor superintendente que nenhum estremecimento há nas relações de amizade, que intimamente liga as nossas famílias, nem lhe passe na mente, sequer, seja motivo para o rompimento dessas relações a causa que esposei, de defender contra quem, por dever de ofício, só por dissidia condenou ao mais deplorável estado de abandono o campo santo de São José, onde se acham sepultados preciosas relíquias da família amazonense (AJURICABA, 1909f, p. 1).

Deixando de lado as mesuras, a carta termina com o cronista voltando ao estilo beligerante e ameaçador que o caracterizara:

Todavia, escrevendo ao Sr. superintendente a presente carta, tenho em vista, apenas, apelar para os seus sentimentos patrióticos e humanitários com a esperança de ver, o mais breve possível transformado aquele matagal de S. José, no campo santo onde as principais famílias amazonenses têm suas relíquias sepultadas. Se não for atendido o meu apelo, previno-o que, mediante concessão da sua parte, obrigar-me-ei, com alguns amazonenses, fazer a limpeza que à Intendência compete fazer, destinando para isso uma insignificante parcela do suor do povo que improfícuo e luxuosamente despense a mesma intendência (AJURICABA, 1909f, p. 1).

É de notar que Bento Aranha assina a carta como Ajuricaba, possivelmente para atribuir ao escrito uma dimensão de força moral e radicalidade. O pseudônimo, como é sabido, evocava o nome do líder da tribo Manáo imortalizado na história regional pela bravura e feroz resistência que empreendeu à ocupação portuguesa no vale amazônico na primeira metade do século XVIII (FARAGE, 1991, p. 63). Aranha passou a utilizá-lo por volta da década de 1870, assinando com ele matérias em Manaus, Belém e Rio de Janeiro. Usava-o, em verdade, mais como um heterônimo, dando-lhe uma personalidade própria, sempre evocada numa escrita de enfrentamento ou para acentuar dimensões regionalistas e nacionalistas que lhes eram características. É possível também, que nos contextos de suas crônicas sobre os problemas da cidade, “vestir-se” de Ajuricaba lhe permitisse o distanciamento crítico necessário, sem provocar problemas políticos de maior monta para si e para o jornal.

O certo é que no dia seguinte à matéria de Ajuricaba o *Jornal do Commercio* trouxe pequena nota informando a abertura de concorrência pública para a limpeza do

Cemitério São José, e um mês depois, o próprio Aranha registrou a finalização das obras. O prestígio de Bento Aranha era incomum na imprensa do período, onde o exercício de alguma autonomia frente à linha editorial ocorria apenas com um ou outro nome consagrado, fosse por longa prática no jornalismo, pela atuação na imprensa da capital da República – o que sempre trazia prestígio – ou, na passagem para o século XX, pela chancela de alguma instituição de cultura – academia de ciências ou de letras –, cujo vínculo passava a ser ostentado abaixo da indicação de autoria. Seja como for, Aranha demonstrou não ter apenas liberdade de se posicionar fora da linha editorial do *Jornal do Commercio*, como até mesmo de contestá-la, publicando nota dissidente em jornais que faziam oposição ao seu.

O nosso confrade da empresa major Bento Aranha, nos solicitou a publicação das seguintes linhas:

“Assinando todos os meus artigos publicados na seção dos editoriais do *Jornal do Commercio*, embora seja um dos seus redatores, aproveito o ensejo que o editorial anônimo do jornal hoje me oferece para declarar que não sou com ele solidário.

Entendo que o meu companheiro de redação está no seu direito de escrever como quiser, mas que em assuntos de crença e de fé não persuadir-se-á que eu aliene as minhas pelas suas ou de quem quer que seja, quando antagônicas” (FALANDO, 1909, p. 1).

Nas crônicas que o jornalista devotou à capital amazonense, a ênfase recaía, sobretudo, na gestão dos problemas da cidade e, nesse sentido, a escrita assumida demonstrava ter um duplo interlocutor, embora com graus diferenciados de interesses. Trazendo um determinado assunto ao público leitor – seu primeiro e principal interlocutor –, Aranha se mantinha fiel à uma atuação política que desde cedo idealizou a República como um governo do “povo para o povo”, dando ênfase reiterada à soberania popular. Pensando a imprensa por um viés iluminista, acreditava na sua capacidade pedagógica de *formar* o povo, inculto e oprimido, para que ele, esclarecido, pudesse tomar as rédeas de seu próprio destino. Na outra direção de seus posicionamentos estavam os agentes públicos – superintendentes, intendentes e gestores das diversas secretarias e repartições –, a quem emitia uma fala de crítica e cobrava ações de pronta reparação. Apenas a forma podia variar, às vezes branda e revestida em alerta; noutras, direta e incisiva.

Havia uma dimensão importante que qualificava as crônicas de Bento Aranha, e que consistia no fato dele ter exercido, por décadas, atividades de direção administrativas diversas, demonstrando ser um exímio conhecedor do funcionamento da máquina pública, de suas potencialidades, mas também da capacidade deletéria da má administração e dos vícios de presentes no funcionalismo público que atuavam como obstáculos relevantes ao pleno desenvolvimento de suas funções. Seu conhecimento das leis orçamentárias e do próprio orçamento anual do Estado e do município era invejável, podendo descer à minúcia de detalhar preços e prazos com grande desenvoltura. Em 1909, ano em que particularmente se dedicou ao debate das questões urbanas, Aranha produziu uma sequência de dez matérias denominadas de “cousas municipais” – veiculadas em setembro de 1909 pelo *Jornal do Commercio* – que visavam participar e subsidiar o debate parlamentar do orçamento municipal para o exercício

de ano seguinte. Como ele próprio explicaria, movia-lhe o desejo de combater a prática de uso das “verbas consignadas no orçamento para fins ignóbeis, escandalosos e imorais”, e era neste sentido que ponderava:

Elimine-se por completo do Estado e do município a inconstitucional atribuição, com que os governos se arrogam de poder especular empréstimos no estrangeiro e faça-se limitar a distribuição da renda criteriosamente orçada por despesas imprescindíveis, uteis, proveitosas e reprodutivas, sem gravar o contribuinte com vexatórios, odiosos e exorbitantes impostos, que jamais se desequilibrarão as finanças porque a verdade dos orçamentos se representará nas cifras das suas verbas (ARANHA, 1909c, p. 1).

O tema dos impostos foi recorrente em suas crônicas, sempre denunciando que após a implementação da República, a prática de criação de impostos por estados e municípios tornou-se regra, numa licenciosa e inconstitucional interpretação do federalismo. Neste sentido assinou, ainda em 1909, uma série de artigos sobre o tema: “imposto de postagem”, “impostos inconstitucionais” e “impostos sobre o povo”. Não era uma postura nova, já que, anos antes, havia denunciado que o que mais preocupava os legisladores estaduais era “o meio de mais onerar e oprimir com impostos absurdos, excessivos e inexequíveis o povo, embora este no deserto clame justiça para que não o reduzam à miséria” (AJURICABA, 1904, p. 1).

O vilão inglês

Desde muito cedo, um acento nacionalista aflorou nos escritos de Bento Aranha, levando-o a denunciar, em diversas ocasiões, o que considerava ataques estrangeiros à soberania nacional. Suas andanças pelo interior do Amazonas ao longo da década de 1880 o levaram, por exemplo, a alardear nos jornais de Manaus e Belém incursões de agentes do colonialismo inglês em território brasileiro, na região do Pirara, no nordeste do atual Estado de Roraima, provocando protestos do governo brasileiro (RIO, 1898, p. 1). O mesmo acento nacionalista levou Aranha a se posicionar como crítico importante das ações das empresas estrangeiras – inglesas, sobretudo – que desde os anos iniciais da República foram sendo contratadas pelo governo do Amazonas para a implantação e gerenciamento de diversos serviços públicos da capital do estado: água e esgotos, linhas de navegação e de bondes, iluminação e telefonia, além dos serviços portuários e do abastecimento de gêneros.

Através de cláusulas contratuais tidas como leoninas, as concessionárias estrangeiras impunham discricionariamente tabelas e preços que afetavam diretamente a população, e especialmente os mais pobres, concorrendo para a carestia generalizada que acabou conferindo à capital amazonense fama de ser, no raiar do século XX, uma das mais caras cidades do país. Geravam também descontentamento na outra ponta da pirâmide social, principalmente pela cobrança espoliativa das taxas de capatazias do porto que incidiam no valor dos produtos e tendiam a reduzir os lucros do comércio.

Neste particular, a crítica de Aranha fazia par à do próprio *Jornal do Commercio*, que se projetava como legítimo representante desse segmento, ao lado da poderosa Associação Comercial do Amazonas, fundada 14 de junho em 1871.

Nas crônicas de Bento Aranha havia uma indisfarçável oposição e contestação das ações e das práticas administrativas dos que ele designava como agentes da *velha Albion* na cidade, o que fazia com que acreditasse na existência de “um plano indecente e ignóbil” que gerava o “emparedamento de uma Manaus inglesa contra a Manaus amazônica”, e impedia o desenvolvimento da cidade (ARANHA, 1909g, p. 1). A recente historiografia amazonense já havia percebido essa contradição entre o segmento comercial da cidade e as empresas inglesas (PINHEIRO, 2015a, p. 127), mas sem referenciar o papel decisivo do intelectual paraense. Em sistemáticos artigos que publicou 1909 e 1910 contra a empresa inglesa – “A Manáos Harbour e suas taxas”, “Manáos Harbour e seus abusos”, Mercado e Manáos Harbour”, “O operário e a Manáos Harbour” e “Abusos da Harbour” –, o cronista nunca escondeu seus ímpetus nativistas, dirigindo furiosas contestações às práticas espoliativas da concessionária dos serviços portuários. Em uma das crônicas, intimava a empresa a cumprir “seu contrato com o governo federal, sem astúcia de raposa, nem ousadia e ultrage de senhor feudal, que melindrem e ofendam em seu sagrado o povo” (Aranha, 1909a, p. 1); enquanto em outra, lembrava de forma ameaçadora o fervor revolucionário que imaginava existir na população regional: “Ai do dia em que o exemplo da Cabanagem desperte no povo amazonense a vingança contra quem impunemente lhe suga o sangue” (ARANHA, 1909g, p. 1).

O jornalista apresentou postura idêntica ao confrontar os desmandos e práticas extorsivas de outras duas concessionárias estrangeiras, a *Manáos Improvement Limited* e *Manáos Markets and Slaughterhouse limited*, acusando-as igualmente de descumprimento de contratos e de extrapolar funções e jurisdições neles prescritas. Recorrendo à mitologia grega, em diversos artigos associou as lutas pela água entabuladas pelas populações suburbanas da cidade à verdadeiros “suplícios de Tântalo”. Foram pelo menos quatro crônicas assinadas com esse título, fazendo-as publicar no *Jornal do Commercio* entre agosto e outubro de 1909. Pressionava tanto as autoridades públicas, quanto a empresa concessionária, *Manáos improvements* a estender a canalização para os bairros populosos da periferia, como a Cachoeirinha que, conforme anotara, sofriam com o desabastecimento e com a carestia que a falta do produto agravava. A imprensa local registrou diversos pedidos e queixas por parte da população, assim como foram comuns em outras localidades do país: “Os incontáveis requerimentos, reclamações e abaixo-assinados enviados pela população à municipalidade, por exemplo, demonstram uma participação ativa nos assuntos da cidade pelo exercício de diversos direitos” (TERRA, MAGALHÃES, ABREU, 2019, p. 15).

Em Manaus, poucas queixas e reclamações da população pareciam receber solução de continuidade, e, neste sentido, o papel de intelectuais mediadores como Aranha, desempenhavam papéis extremamente relevantes, ainda mais quando suas posições impactavam os leitores e eram reverberadas pelas ruas da cidade. Ou como diz Débora Andrade (2015, p. 15), os literatos tinham o dom de “se destacar na arena política pela capacidade de convencer” Sobre a questão da água, Bento Aranha denunciava que, nos subúrbios, uma lata com 12 litros de água era vendida por 240 réis, um valor exorbitante e que impactava seriamente a economia popular. Para os populares, a alternativa mais

comum era abastecer-se nos igarapés próximos e mesmo em córregos, onde a qualidade das águas era problemática e mesmo imprópria ao consumo. Neste sentido, o cronista lembrava que a água, além de ser um gênero vital à vida, era também fundamental para o sucesso das medidas sanitárias “postas em execução pelos médicos da junta de higiene, no intuito de saneá-la e de debelar as febres que flagelam os seus moradores” (ARANHA, 1909i, p. 1).

Voltou-se igualmente para o abastecimento de víveres, estabelecendo severas críticas acerca da gestão do Mercado Público. Estas seguiam uma tripla direção, sendo a primeira delas a ação arbitrária da *Manáos Markets* de controlar e taxar o comércio ribeirinho que afluía para a rampa e a praia adjacente ao mercado. Neste sentido, lembrava que “a rampa do Mercado Público e a respectiva marinha são da Superintendência”, sendo, portanto, descabida aquela ação de controle. Como a empresa inglesa monopolizava o abastecimento de gêneros e víveres em todo o perímetro urbano, a saída proposta por Aranha era a da criação de pequenos mercados em áreas suburbanas, como o Mocó, o Plano Inclinado e a Cachoeirinha (ARANHA, 1909e, p. 1), quebrando parte do monopólio estabelecido e criando uma alternativa viável e de baixo custo às populações suburbanas.

Bem mais enfática, no entanto, foi a crítica aos impostos cobrados aos produtores rurais tanto pela empresa estrangeira quanto pela própria superintendência, gravando pesadamente pequenos lavradores, pescadores e talhadores que diariamente levavam seus produtos para venda naquele estabelecimento. Para o cronista, já estava “provado à evidência a enormidade da usura, devido às taxas odiosas que gravam e encarecem os gêneros de primeira necessidade”, sendo uma das causas da escalada da carestia, à par com a ampliação da fome, da miséria e da mendicância na cidade (ARANHA, 1909f, p. 1).

Os órfãos da borracha

Com inequívocas preocupações sociais, Bento Aranha foi voz importante a chamar atenção para o avanço da pobreza na capital amazonense e a precariedade das condições de vida e de trabalho que alcançavam dimensões alarmantes. Coube a ele abrir pela imprensa um debate sobre a urgência da adoção de um programa de assistência pública aos “desvalidos” que enchiam a cidade e perambulavam por suas ruas em busca de abrigo, comida e emprego, mesmo antes da derrocada abissal dos preços da borracha no mercado mundial em fins de 1910. Não deixava de ser um chamado de volta à realidade direcionado especialmente aos segmentos hegemônicos no plano político e econômico; um contraponto importante ao verdadeiro *vaudeville* no qual se havia transformado o urbanismo modernizador de final do XIX, filtrado pelas representações reiteradas de autoridades públicas, de investidores, de comerciantes e de intelectuais que, em meio à euforia, beiravam o idílio, exaltando os progressos materiais e civilizatórios, em meio à floresta inóspita circundante (DIAS, 1999, p. 69; MESQUITA, 2009, 33).

Homem de seu tempo e pertencendo a elite cultural da cidade, Aranha não deixou de se expressar a partir das ideias e visões de mundo atinentes a seu lugar social, sendo ele próprio um entusiasta da ciência e do progresso, assim como também o foi do progresso alcançado pela capital amazonense, mas seu olhar alcançou também a barbárie frequentemente invisibilizada dos tempos modernos.

Em um estudo clássico, Brito Broca narra uma passagem da vida literária nacional em que o “Presidente Affonso Pena ouviu o que não queria”. Tratava-se do discurso feito por Sílvio Romero na posse de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, momento em que o consagrado autor passou a discorrer sobre o quadro político e econômico brasileiro, lançando farpas incômodas a todos quantos os ouviam: “Não estamos no caso de ter academias de luxo, quando o povo não sabe ler; de ter palácios Monroe, quando a maior parte da gente mora em estalagens e cortiços”. Em suas posições, trazia as ações governamentais para o centro da crítica, quando dizia, por exemplo, estar “o fazendeiro nacional reduzido à miséria com a agravação dos impostos”. Já ali “era crítica direta ao governo”, ressalta Broca, para quem o constrangimento era, de certo modo, previsível, a levar-se em consideração que Romero, “familiar de nossos problemas e egresso da política, jamais perderia a ocasião, ao defrontar-se com um dos grandes intérpretes da realidade brasileira [referia-se a Euclides da Cunha], para tocar no cerne vivo dessa realidade” (BROCA, 1960, p. 66).

Parece inevitável estabelecer um paralelo entre o constrangimento provocado pelo discurso de Sílvio Romero com o já mencionado discurso proferido por Bento Aranha na recepção ao então candidato presidencial Affonso Pena, poucos meses antes do evento narrado por Brito Broca. Tendo sido escolhido para falar em nome da imprensa amazonense, Bento Aranha exaltou o progresso material da República e da cidade transformada por Eduardo Ribeiro (uma espécie de Pereira Passos amazonense), não sem lembrar também o que a modernização empreendida havia significado para o povo:

Pela excessiva contribuição dos impostos progride a República e o contribuinte reduzido à miséria, deixando-se iludir pelo luxo que ostenta o erário público, da fictícia riqueza, que o Estado, sem agricultura, indústrias e artes e por falta de população e sobretudo de educação intelectual e moral ao povo, tão cedo ainda não terá.

O resto das ruínas, que da capitania e da comarca ainda existia em Manaus, assim como tudo quanto da província aí havia de moderno, assumindo a administração do Estado, no atual regime do governo do povo pelo povo, o tenente de engenheiros Eduardo Gonçalves Ribeiro, como governador, este mandou demolir, e com os destroços e arrasamento dos morros, aterrar os igarapés para, sobre estas ruínas, abrir largas avenidas e construir uma cidade europeia, com palácios para o governo e justiça, teatro, institutos para educações de meninas e de meninos, quartel para uma brigada, escolas e fontes monumentais.

O luxo custou em todos os tempos a quem o quer ostentar, fortunas fabulosas, que nem sempre possuiu.

Não seria Manaus ostentando luxo a exceção.

Este que hoje apresenta, incontestavelmente, custou rios de suor de sangue ao povo, que depauperado por esta forma geme na miséria, enquanto ilude-se folgado de contentamento por ver, que no oceano com infinitas fontes de riqueza, uma já exploradas e

outras por explorar, Manaus parece nadando de prazer por causar inveja a sua polícia aos Estados da União (ARANHA, 1906a, p. 1).

O que em 1906 já se fazia visível na sensibilidade social do cronista, em 1909 foi se transformando num drama humano cada vez maior, a cada nova queda de preço da borracha. A mendicidade estava à vista de todos, e para Aranha era “um gravame à população da rica cidade de Manaus” (AJURICABA, 1909a, p. 1), razão pela qual passou a propor de forma insistente em suas crônicas a criação de instituições de assistência pública. Na cidade transformada pela borracha, e que se via dominada por uma elite arrivista de “aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapato branco” (CUNHA, 1986, p. 221), o sítio urbano espriava-se desordenado pelos arrabaldes do Mocó, da Cachoeirinha, de Constantinopla, e pelos morros de São Raimundo – todos eles espaços externos ao perímetro urbano –, onde se empilhavam casebres improvisados.

O tema da “assistência aos desvalidos” não era, de fato, novo na cidade, já tendo sido acionado no interior das políticas públicas das primeiras administrações provinciais, conforme abordado de forma competente na pesquisa de Josali do Amaral (2011), embora, como parece demonstrar a autora, não tenham alcançado muita solução de continuidade. Seja como for, poucos foram os que pela imprensa buscaram sensibilizar a parcela minoritária e próspera da sociedade manauense, alertando para a existência de verdadeiros bolsões de miséria que jaziam abandonados à própria sorte. Aranha foi, de longe, a figura pública que mais se empenhou em visibilizá-los e que também mais se bateu em sua defesa: “Já é tempo de pôr-se de lado a utopia inveterada do amazonense em iludir-se, dizia ele, fazendo a outrem que também se iluda, de que não há miséria na sua terra opulentamente ubérrima” (AJURICABA, 1909b, p.1). Por intermédio de uma série de artigos – oito, no total – que publicou em agosto de 1909 e que intitulou de “Assistência pública”, abriu um debate importante, ao apresentar em minúcias os alarmantes índices de miséria, de fome e de doenças que assolavam a cidade; defendendo, em paralelo, a adoção de ações de amparo aos desvalidos tanto por parte dos poderes públicos quanto por parte de particulares. Nessa campanha, bateu-se especialmente pela criação de um espaço de acolhimento aos indigentes. Não se tratava de uma ideia grandiosa ou revolucionária, a depender de recursos financeiros de alta monta ou a afrontar a propriedade ou o bolso dos que lucravam com a borracha. Bem ao contrário, ingênua e utópica a tese de Bento Aranha buscava aplicar um modelo de assistência pública que o próprio *Jornal do Commercio* já havia referenciado em suas colunas de efemérides, mostrando que em 1545 a cidade de Paris, proibindo a mendicidade, criava, em substituição, um serviço de assistência pública. Não é de todo improvável que o próprio Aranha, já estabelecido como historiador e demonstrando forte inflexão para o uso da memória histórica em suas crônicas, tenha colaborado ou até mesmo assumido essa atribuição no interior do jornal. O fato é que na proposta encaminhada por Bento Aranha caberia ao Estado ou à Superintendência destinar um prédio para o funcionamento de um asilo de mendicidade, enquanto às casas comerciais da cidade caberia concorrer “semanalmente com as importâncias que dão aos sábados aos mendigos que lhe esmolam às portas”. Entendia que asilar os

desvalidos eram um ato humanitário ao qual associações particulares não faltariam (AJURICABA, 1909a, p. 1).

Lançada a proposta, Aranha voltaria a tratar do assunto nos dias seguintes para expor seu pensamento sobre o tema, principiando por informar que entendia a assistência pública como capaz de trazer lenitivo para “as agruras da vida aos... que recorrem a caridade pública mendigando um teto para se abrigar, pão de cada dia para de matar a fome, médico e remédio para se restituírem a saúde, e, por fim, advogado para lhe saciar a sede de justiça” (AJURICABA, 1909b, p. 1).

O pensamento de Bento Aranha sobre o tema é complexo e frequentemente parece oscilar entre posições progressistas e conservadoras, crivadas de elitismo e preconceito e mesmo eugenia, associada a ideia de um asilamento compulsório. A ideia básica por ele defendida era a de que, uma vez estabelecidas as bases de uma efetiva assistência pública, o recurso à mendicância passasse a ser entendido como um vício pernicioso, devendo, portanto, ser combatido:

A mendicidade vadia, esfarrapada, lazarenta, aleijada e cega afronta e vexa a sociedade ativa, laboriosa e luzida de qualquer país que se presuma na conta de civilizado e culto... O mendigo aviltase pedindo a esmola e humilha a quem a faz degradando a sociedade que o tolera, sem cuidar nas consequências perturbadoras, que advirão disto, aos brios e sentimentos humanitários e patrióticos dessa mesma sociedade.

Manter a mendicidade na sua aviltante peregrinação a esmolar o pão da caridade será, incontestavelmente, animar a prática de um vício tão pernicioso e fatal como os da jogatina, embriaguez e libertinagem, donde se originam crimes hediondos contra a segurança, a liberdade e a honra.

Os relapsos afeitos aos três últimos vícios, a lei pune-os severamente, assim como pune o vadio para evitar as desordens, os furtos e os roubos; entretanto, um mendigo, que prefere morrer pedindo esmola a viver do suor de útil, proveitoso, e honesto trabalho não é atingido pela lei.

Nas mais cultas e principais cidades do mundo, seja qual for a crença religiosa da sua população a assistência pública é o ramo do público serviço, instituído por iniciativa particular, que mais influi e recomenda o estado adiantado de civilização delas, cabendo estabelecer e manter importantes asilos para amparo dos desvalidos, expostos, viúvas, e mendicidade; cooperativas para suavizar o trabalho insano e mal retribuído do pobre, assistência médica para a cura de enfermos indigentes e jurídica para defesa de encarcerados pobres (AJURICABA, 1909b, p. 1).

A proposta repercutiu de imediato, seja pela adesão do Bispo D. Frederico Costa, ofertando terreno da diocese no Bairro de São Raimundo para a instalação de um asilo de mendicidade; seja pela apresentação de um projeto de lei, assinado por Raul de Azevedo, intelectual prestigiado e à época atuando como vereador na Câmara Municipal de Manaus. O projeto de Azevedo, apresentado à Câmara no dia 13 de agosto de 1909, previa “a concessão de uma casa e uma pensão anual à empresa que se propuser a instituir a assistência pública”, e resultou aprovado 4 dias depois em primeira discussão. Embora aplaudindo e apoiando a propostas, Aranha mostrou-se

ressentido com Azevedo, acusando-o de plágio: “Esquecido o Sr. Raul, que plagiou no seu projeto quase *verbo ad verbum* o que se acha escrito no *Jornal do Commercio*, proclama-se iniciador da ideia da organização do serviço de assistência pública limitada a um asilo de mendicidade” (AJURICABA, 1909c, p. 1). O projeto foi finalmente aprovado e transformado em lei no dia 6 de setembro daquele ano; menos de um mês, portanto, da proposição lançada pelo cronista paraense.

A aprovação do projeto não significara ainda uma vitória, como o próprio Bento Aranha percebeu, temendo que sua abrangência ficasse limitada à concessão de uma mera edificação pública. Para o cronista, a criação de um asilo de mendicidade “sem terreno suficiente para o cultivo e sem oficinas para os trabalhos manufatureiros, jamais preencherá o fim almejado da sua criação, ficando desta maneira reduzido a um aljube onde serão encarcerados os desgraçados” (AJURICABA, 1909e, p. 1). Realizada com pompa e circunstância, a inauguração do Asilo de Mendicidade de Manaus, ocorreu em 30 de janeiro de 1910, entregando à sociedade uma edificação na Estrada de Flores, no limite norte da cidade, com dois pavilhões que abrigavam diversos leitos, um refeitório e uma cozinha. Nenhuma ação voltada à reintegração dos asilados à sociedade foi implementada e sua função restringiu-se, como se temia, a implementação do objetivo higienista das elites locais de “expurgar do seio da sociedade manauense o triste e deprimente exercício de mendicância”, como acentuou o Superintendente Agnello Bittencourt, em sua fala inaugural (ASILO, 1910, p. 1).

Na continuação dos debates, Aranha trouxe à discussão a situação dos hospitais da cidade e, em especial, o tratamento inadequado que se dava aos doentes mentais no Asilo de alienados “Eduardo Ribeiro”, notadamente pelo fato daquela instituição ter passado a abrigar também os tuberculosos, o que agravava a situação dos primeiros. Para ele, urgia

evitar que continue na mais deplorável promiscuidade com os infelizes privados do gozo de suas faculdades mentais, os não menos infelizes flagelados pela contagiosa e incurável tuberculose, debaixo do mesmo teto, que os isola da sociedade, condenado a servirem-se, contra as prescrições higiênicas, dos mesmos leitos, das mesmas roupas, da mesma cozinha e dos mesmos pratos, xícaras e copos, respirando o ar impuro e envenenado dos pútridos lamaçais daquelas cercanias. [...]

Acresce que o seu local é reconhecidamente considerado pelos médicos um foco de infecção palustre, por isso que ali são os alienados fatalmente flagelados pelas febres malignas que eles roubam a vida (ARANHA, 1909b, p. 1).

Interessante é perceber que nas proposições de Aranha, toda a estrutura de assistência pública voltada para a mendicidade ou para o acolhimento de doentes físicos e mentais, o Estado era entendido apenas como um ator secundário, já que o problema deveria ser assumido pela sociedade civil através de associações caritativas, gerenciadas, de preferência, por profissionais liberais – médicos e advogados, sobretudo –, evitando-se assim qualquer tipo de exploração dos internos com fins de ganho material ou financeiro. Não se tratava, portanto, de um direito da população nem de uma obrigação da parte do Estado e dos governantes; mas, antes de tudo, de uma

obrigação moral e de dimensões humanitárias que deveria recair sobre o conjunto da sociedade e em especial sobre seu segmento abastado, identificado pelo autor como aquele vinculado ao setor comercial.

O debate sobre a necessidade de assistência pública mantinha relação direta com o quadro sanitário da capital amazonense e do próprio Estado do Amazonas, tido à época como insalubre e endêmico, e diante do qual diversas administrações investiram esforços para modificá-lo. As endemias eram, inclusive, pedra de toque no processo de atração de contingentes populacionais, fossem eles nacionais e estrangeiros, daí resultando resistências políticas diversas, pela cúpula e pela base, como o foram tanto as oposições iniciais do governo italiano com relação ao deslocamento de seus súditos para a região amazônica (CATARUZZA, 1999, p. 1; CAPPELLI, 2010, p. 105), quanto as insistentes recusas por parte de centenas de migrantes nordestinos que aportavam em Belém e Manaus de seguirem viagem rumo aos seringais.

Foi no contexto desse debate sobre salubridade regional que Aranha se lançou à questão, tendo como mote rebater matéria veiculada pelo jornal *Amazonas* que, em seu entender e “contra a opinião dos médicos da terra e a verdade dos fatos” mascarava a real situação sanitária da cidade, apresentando-a como a “mais invejável de todo o globo” (ARANHA, 1909d, p. 1). Posicionando-se contrariamente, o cronista percorreu a lista das epidemias que grassavam na cidade, apresentando taxas de mortalidades elevadas em cada uma delas, para então apontar, de forma propositiva, a urgência na adoção de medidas higiênicas diversas, notadamente na área suburbana da cidade – São Raimundo, Constantinopla, Oliveira Machado, Cachoeira Grande, Cachoeirinha, Mocó e Flores –, adensada que era em população, mas não deixou também de lembrar que a parte “litorânea” da cidade era igualmente “um verdadeiro depósito de lixo” (ARANHA, 1909d, p. 1). Dentre as providências higiênicas apontadas por Bento Aranha ganhava centralidade o combate aos focos miasmáticos onde proliferavam *carapanãs*, os mosquitos transmissores dos patógenos que causavam as diversas febres e endemias. Lembrava ainda que, de há muitos anos, a febre amarela havia feito de Manaus o seu “quartel general” e se espalhava devido “à falta de boa alimentação, de água purificada e, sobretudo, de regular e zeloso serviço de saneamento na capital, bem assim da necessidade de recurso médico no interior”. Em paralelo, voltava novamente os olhos para os subúrbios e arrabaldes onde a inexistência de canalização de água potável levava a população à improvisos no seu armazenamento, ampliando os focos de infecção (ARANHA, 1909h, p. 1) e ali também fazendo o maior número de vítimas.

Oportunas e necessárias, as crônicas de Bento Aranha sobre a cidade da borracha mobilizaram diversos segmentos da sociedade manauense, fazendo-os envolverem-se no debate de cada um dos temas trazidos à baila no *Jornal do Commercio*. Na resolução dos problemas apontados atuaram médicos sanitaristas e autoridades políticas diversas, a quem é comum atribuir-se a primazia e o mérito na busca da superação dos problemas e questões sociais, mas pouco se diz daqueles que, muitas vezes na contramão de supostos consensos sociais, ergueram-se como vozes dissonantes, visibilizando um mundo obscuro, esquecido, carente de representação e de cidadania numa República que se recusara a cumprir seu papel transformador. Assim foram muitos homens de imprensa, alguns dos quais, inclusive, demonstraram notável capacidade de mobilização e aglutinação, traduzindo seus anseios e inquietações à socieda-

de como se dela fossem tais demandas. Acima de tudo, mostraram-se “profissionais especializados em atingir um público não especializado”, conforme bem argumentam Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016, p. 19). Contudo, como alertam as autoras, seria um erro pensar nos intelectuais *mediadores* como meros transmissores, “como alguém que conduz uma mensagem o produto cultural de um lugar a outro, de um tempo para o outro, de um código cultural para outro, sem nada acrescentar o transformar criativamente”. Bem ao contrário, tais intelectuais não deixaram também de ser *criadores*, capazes de mobilizar energias, de romper inércias e de encorajar submissos, mas, quase sempre, o faziam em prol de proposições inovadoras de intervenção e transformação social que esboçavam; e este parece ter sido o maior legado de Bento Aranha à sociedade amazonense: sua enorme capacidade analítica posta a serviço da sociedade em escritos propositivos e programáticos, fruto de um intelecto singular em muitos aspectos. Oxalá o avanço das pesquisas e de outros estudos consigam lhe fazer a devida justiça, retirando-o do quase completo anonimato no qual se viu lançado desde que, cansado e combalido, decidiu retirar-se da cidade (em 1911) para voltar à sua terra natal e ali viver o resto de seus dias.

Referências:

- AGASSIZ, L.; Agassiz, E. C. **Viagem ao Brasil, 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- AJURICABA (Bento Aranha). Assistência pública. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1920, p. 1, 5 ago. 1909a.
- AJURICABA (Bento Aranha). Assistência pública. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1923, p. 1, 8 ago. 1909b.
- AJURICABA (Bento Aranha). Assistência pública. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1930, p. 1, 15 ago. 1909c.
- AJURICABA (Bento Aranha). Assistência pública. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1945, p. 1, 30 ago. 1909d.
- AJURICABA (Bento Aranha). Assistência pública. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1955, p. 1, 9 set. 1909e.
- AJURICABA (Bento Aranha). Carta aberta. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1882, p. 1, 28 jun. 1909f.
- AJURICABA (Bento Aranha). Impostos inconstitucionais. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 233, p. 1, 27 set. 1904.
- AMARAL, J. **Ritmos e dissonâncias: controle e disciplinarização dos desvalidos e indigentes nas políticas públicas do Amazonas (1852-1915)**. 2011. 273f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.
- ANDRADE, D. Imprensa como tribuna dos intelectuais no século XIX. In: ENGELS, M. G.; SOUZA, F. F.; GUERRELLUS, N. S. (Orgs.). **Os intelectuais e a imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 20015, p. 13-45.
- ARANHA, B. A Manáos Harbour e seus abusos. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2018, p. 1, 11 dez. 1909a.
- ARANHA, B. Alienados e tuberculosos. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1942, p. 1, 27 ago. 1909b.
- ARANHA, B. Cousas municipais. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1967, p. 1, 21 set. 1909c.
- ARANHA, B. Manaus saneada. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2079, p. 1, 13 jan. 1909d.
- ARANHA, B. Mercadinhos suburbanos. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2009, p. 1, 2 dez. 1909e.
- ARANHA, B. Mercado e Manáos Harbour. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2023, p. 1, 16 dez. 1909f.
- ARANHA, B. O Amazonas (Parte III). **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 723, p. 1, 3 jul. 1906a.

- ARANHA, B. O Amazonas (Parte IV). **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 725, p. 1, 5 jul. 1906b.
- ARANHA, B. Peste e ruína. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2017, p. 1, 10 dez. 1909g.
- ARANHA, B. Providências higiênicas. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2082, p. 1, 16 jan. 1909h.
- ARANHA, B. Suplício de tântalo. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1941, p. 1, 26 ago. 1909i.
- ARANHA, B. Um encanto quebrado: o pau de tarumã. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 661, p. 1, 2 maio 1906c.
- ASILO de Mendicidade: sua inauguração. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2097, p. 1, 31 jan. 1910.
- AZEVEDO, R. O jornalismo de outrora no Amazonas. **A Tarde**, Manaus, s/nº, p. 1-2, 1939. (Acervo Laboratório de História da Imprensa – LHIA/UFAM).
- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARRETA, L. Os cronistas do início do século XX e as histórias literárias brasileiras: Para lançar luz ao escuro. **Macabéa: Revista Eletrônica do Netli**, v. 9, n. 4, p. 88-98, out./dez., 2020.
- BENTO Aranha. **Correio do Norte**, nº 744. Manaus, p. 2, 18 jul. 1911.
- BITTENCOURT, A. **Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- BROCA, B. **A vida literária no Brasil, 1900**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1960.
- BURNS, E. B. **Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão**. Manaus: Edições Governo do Estado, 1966.
- CÂNDIDO, A. A vida ao rés-do-chão. In: CÂNDIDO, A (Org.). **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. São Paulo: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.
- CAPPELLI, V. La presenza italiana in Amazonia e nel nordest del Brasile tra Otto e Novecento. In: CAPELLI, V.; HECKER, A. (Orgs.). **Italiani in brasil: rotte migratorie e percorsi culturali**. Catanzaro (Itália): Rubbetino Editore, 2010, p. 105-144.
- CATTARUZZA, M. Imigração italiana para o Amazonas. **Commercio do Amazonas**, Manaus, nº 485, p. 1, 11 jun. 1899.
- CHALHOUB, S.; NEVES, M. S.; PEREIRA, L. A. M. (Orgs.). **Histórias em coisas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.
- CUNHA, E. **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- DAVIS, N. Z. **Pasión por la historia: entrevista con Denis Crouzet**. Valência (Espanha): Universitat de València; Universidad de Granada, 2006.
- DIAS, E. M. **A ilusão do fausto: Manaus – 1890-1990**. Manaus: Valer, 1999.
- DIAS, M. O. L. S. Aspectos da ilustração no Brasil. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.
- FALANDO... **Correio do Norte**, Manaus, nº 310, p. 1, 17 dez. 1909.
- FARAGE, N. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.
- GOMES, A. C.; HANSEN, P. S. (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ações políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- JOBIM, A. **Intelectualidade do Extremo Norte: Contribuições para a história da literatura no Amazonas**. Manaus: Livraria Clássica, 1934.
- LINS, J. S. **Seleção literária do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MESQUITA, O. **La belle vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)**. Manaus: Valer, 2009.
- MEYER, M. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- MINISTÉRIO da Indústria, Viação e Obras públicas: Diretoria Geral de Estatística: **Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1905, p. XV.
- MOLLIER, J. Y. Quando o impresso se torna arma no debate político: a França do século XV ao século XX. In: DUTRA, E. F.; MOLLIER, J. Y. (Orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida pública**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 259-274.
- MORAES, Péricles. **Confidências literárias**. Rio de Janeiro: Gráfica “O Cruzeiro”, 1944.
- MORAES, Péricles. **Os intérpretes da Amazônia**. 2ª ed. Manaus: Valer, 2001.
- O CIDADÃO Bento Aranha. **Diário de Notícias**, Belém, nº 298, p. 2, 31 dez. 1889.
- PINHEIRO, G. M. Manaus e seus historiadores. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 14.990, p. 1, 26 fev. 1949.
- PINHEIRO, M. L. U. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)**. 3ª ed. Manaus, EDUA, 2015a.
- PINHEIRO, M. L. U. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas**. Manaus, EDUA, 2015b.
- PRADO, L. do. (Alcides Bahia). “Notas de um teimoso”. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 302, p. 1, 11 dez. 1904.
- PRADO, L. do. (Alcides Bahia). “Notas de um teimoso”. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 335, p. 1, 19 jan. 1905.
- REVOLTA em Tefé. **Correio Paraense**, Belém, nº 575, p. 1, 24 abr. 1894.
- RIO Branco. **Diário de Notícias**, Belém, nº 50, p.1, 10 mar. 1898.
- SALLES, V. “Bento Aranha: História de um jornalista revolucionário”. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos**. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 105-167.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.
- SOUZA, J. B. F.; SOUZA, A. M.; BAHIA, J. **A imprensa no Amazonas, 1908**. Manaus: Imprensa Oficial, 1908.
- TERRA, P. C.; MAGALHÃES, M. S.; ABREU, M. (Orgs.). **Os poderes municipais e a cidade: Império e República**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- UM ENCANTO quebrado: o pau de tarumã. **Jornal do Commercio**, Manaus nº 666, p. 2, 7 maio 1906.
- WALLACE, A. R. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Brasília: Edições Senado Federal, 2004.
- WEINSTEIN, B. **A borracha da Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.